

Demonstrações Financeiras

Instituto Consulado da Mulher

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Consulado da Mulher

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração de superávit	5
Demonstração das mutações do patrimônio social	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho Gestor do
Instituto Consulado da Mulher
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Consulado da Mulher (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de superávit/déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Consulado da Mulher em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 11.1 e 13.4, a Entidade recebeu durante o exercício de 2016, doações de recursos financeiros principalmente da Whirlpool S.A., fato que garantiu a continuidade de suas operações naquele exercício. Por não possuir fonte própria de geração de receitas, a Entidade depende da manutenção de recursos financeiros providos pela Whirlpool S.A. para dar continuidade às suas atividades sociais.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Instituto Consulado da Mulher

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	515.171	400.936
Outros ativos	3.756	30.727
Total do ativo circulante	<u>518.927</u>	<u>431.663</u>
Não circulante		
Imobilizado (Nota 5)	133.748	148.829
Intangível (Nota 6)	1.918	12.826
Total do ativo não circulante	<u>135.666</u>	<u>161.655</u>
Total do ativo	<u>654.593</u>	<u>593.318</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	16.425	5.700
Impostos a recolher (Nota 7)	35.401	32.532
Salários e obrigações sociais (Nota 8)	135.407	146.745
Total do passivo circulante	<u>187.233</u>	<u>184.977</u>
Patrimônio social (Nota 9)		
Dotação especial	602.859	597.249
Superávits (déficits) acumulados	(135.499)	(188.908)
Total do patrimônio social	<u>467.360</u>	<u>408.341</u>
Total do passivo e patrimônio social	<u>654.593</u>	<u>593.318</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Consulado da Mulher

Demonstração de superávit
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Receitas		
Doações de pessoas jurídicas (Nota 11.1)	3.429.030	3.710.508
Doações de pessoas físicas	19.296	16.834
Outras receitas	85.562	14.444
	3.533.888	3.741.786
Despesas operacionais (Nota 11.2)		
Despesas com pessoal (Nota 11.3)	(2.644.766)	(2.637.953)
Despesas administrativas (Nota 11.4)	(887.081)	(1.062.311)
Despesas com impostos e taxas	(4.598)	(4.198)
Outras despesas operacionais, líquidas	(6.417)	(22.537)
	(3.542.862)	(3.726.999)
Superávit (déficit) bruto		
	(8.974)	14.787
Despesas financeiras (Nota 11.6)	(19.239)	(16.769)
Receitas financeiras (Nota 11.7)	81.622	78.290
	62.383	61.521
Superávit do exercício	53.409	76.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Consulado da Mulher

Demonstração das mutações do patrimônio social
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Dotação especial	Déficits acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	584.012	(265.216)	318.796
Doações recebidas em forma de bens do ativo imobilizado	13.237	-	13.237
Superávit do exercício	-	76.308	76.308
Saldo em 31 de dezembro de 2015	597.249	(188.908)	408.341
Doações recebidas em forma de bens do ativo imobilizado	5.610	-	5.610
Superávit do exercício	-	53.409	53.409
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.859	(135.499)	467.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Consulado da Mulher

Demonstração do fluxo de caixa
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	53.409	76.308
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do Superávit do exercício com o fluxo de caixa:		
Depreciação	26.832	34.208
Amortização	10.908	18.344
Resultado na baixa de ativos imobilizados	7.000	23.230
	98.149	152.090
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em outros ativos	26.971	(16.341)
Aumento (redução) em fornecedores	10.725	(11.548)
Aumento em impostos a recolher	2.869	2.423
Redução em salários e obrigações sociais	(11.340)	(34.085)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	127.375	92.539
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(13.141)	(17.015)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.141)	(17.015)
	114.235	75.524
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	114.235	75.524
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	400.936	325.412
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	515.171	400.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Consulado da Mulher (“Consulado” ou “Entidade”) é uma ação social idealizada pela marca Consul que oferece assessoria a mulheres de baixa renda e pouca escolaridade. O objetivo é que, com sua atividade empreendedora, elas possam gerar renda e proporcionar melhores condições de vida a elas e suas famílias.

A sede do Consulado está localizada à Rua Olympia Semeraro, nº 675, São Paulo-SP, Brasil.

O Consulado possui uma metodologia própria de assessoria a empreendimentos populares, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e Unesco como uma tecnologia social, replicável, eficaz e que entrega os resultados aos quais se propõe.

O trabalho consiste na identificação de oportunidades de geração de renda e na assessoria para a formação e consolidação de empreendimentos populares compostos por mulheres de talento e com vontade de vencer, em áreas como alimentação, artesanato, costura, serviços de beleza, lavanderia e reciclagem, entre outras.

O planejamento das atividades começou em 2000, quando a Consul alinhou sua estratégia de responsabilidade social aos Objetivos do Milênio das Nações Unidas, especialmente no que diz respeito à igualdade entre os sexos e à valorização da mulher. Em 2002, o Consulado iniciou atividades em Rio Claro (SP) e Joinville (SC), cidades nas quais a Whirlpool, sua mantenedora, mantém unidades produtivas, oferecendo oficinas gratuitas de capacitação para as comunidades, em artesanato, culinária, beleza e inclusão digital. As atividades eram conduzidas por equipes voluntárias orientadas por educadores sociais, em espaços do próprio Consulado.

A unidade de Manaus foi inaugurada em 2007, com atuação diferenciada, voltada para a assessoria a pequenos empreendimentos populares. No ano seguinte, o mesmo ocorreu na cidade de São Paulo, com ações em bairros das zonas Sul e Leste.

A partir do aprendizado obtido nas atividades nessas quatro cidades foi criado o Programa Usinas do Trabalho. Nesse mesmo ano, a assessoria do Consulado voltou-se inteiramente para a geração de renda, passo que marcou o reposicionamento estratégico do Consulado da Mulher. Além do Programa Usinas do Trabalho, o Consulado desenvolveu o Programa Mulher Empreendedora.

Em 2014, o Consulado ganhou uma nova identidade visual, mudou de logotipo e repaginou a forma de comunicar as suas ações, atuando por meio de assessoria local e assessoria remota. Como parte desse projeto, lançou em parceria com o Museu da Pessoa o livro “Mulheres que fazem história”, contando pedaços das histórias de vida de 30 empreendedoras apoiadas pelo Instituto.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 2016, o Consulado da Mulher esteve presente em 16 estados do país, assessorando 155 empreendimentos populares, que beneficiaram diretamente 1.237 pessoas. Desde sua fundação, em 2002, o Consulado já beneficiou mais de 34 mil pessoas.

Um dos destaques foi a realização da quarta edição do “Prêmio Consulado da Mulher” que tem como objetivo identificar e fortalecer práticas exitosas de empreendedorismo feminino e geração de renda em todos os estados brasileiros. Foram selecionados 10 empreendimentos protagonizados por mulheres, que seguem os princípios de autogestão, solidariedade e cooperativismo. Além de recursos financeiros e doação de eletrodomésticos, esses empreendimentos recebem assessoria do Instituto por um período aproximado de dois anos. Nessa edição, dois dos empreendimentos premiados eram de aldeias indígenas, sendo uma no Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso) e a outra na Amazônia.

Outro destaque foi a parceria com o Pacto Global e a Agência para Refugiados da ONU, um projeto que buscou inserir mulheres refugiadas ou solicitantes de refúgio no mercado de trabalho brasileiro; o Consulado da Mulher foi responsável por organizar e ministrar os temas relacionados ao empreendedorismo. Trinta mulheres foram beneficiadas, provenientes de diversos países, como Síria, Congo, Moçambique e outros.

A cidade de Manaus recebeu a primeira Virada Sustentável em 2016, e durante esse evento, o Consulado da Mulher foi protagonista de duas ações: Roda de Conversa sobre Empreendedorismo e Oficina Prática de Alimentação. O evento ocorreu simultaneamente em 18 locais da cidade, teve a participação de 500 voluntários e um público estimado de 8 mil pessoas.

De acordo com a Lei nº 9.970/99, o Instituto é qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) desde 2005. Esse *status* proporcionou ao Consulado da Mulher maior autonomia e possibilidade de desenvolvimento e expansão, por meio de parcerias e captação de recursos.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 23 de março de 2017.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

2.3. Imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou pelo valor da doação, conforme declarado em nota fiscal emitida pelo doador, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas na Nota Explicativa nº 5.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social, conforme estabelece a alínea "c", do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal e artigo 12 da lei 9.532/1997.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do superávit/déficit.

2.6. Apuração do resultado das atividades sociais

A Entidade, por não ter fins lucrativos, obtém suas receitas mediante doações originadas de pessoas físicas e jurídicas, e são registradas quando recebidas em função da impossibilidade de previsão dos valores e datas de recebimento.

As despesas do exercício são apropriadas em conformidade com o regime de competência.

2.7. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros: a Entidade possui registrado como ativo financeiro os caixa e equivalentes de caixa que são classificados na categoria mencionada a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Passivos financeiros: a Entidade possui registrado como passivo financeiro as contas a pagar a fornecedores que são classificados na categoria mencionada a seguir:

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade não apresentava provisão para demandas judiciais e administrativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1.705	1.203
Banco conta movimento - Banco Santander S.A.	4.722	6.691
Aplicação financeira - Banco Santander S.A.	508.744	393.042
	<u>515.171</u>	<u>400.936</u>

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

5. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	140.882	120.774	125.088	386.744
Adições	11.191	-	5.824	17.015
Baixas	(35.162)	(27.352)	(35.004)	(97.518)
Doações recebidas	-	-	13.237	13.237
Saldos em 31 de dezembro de 2015	116.911	93.422	109.145	319.478
Adições	2.662	8.892	1.587	13.141
Baixas	(1331)	(359)	(9.033)	(10.723)
Doações recebidas	-	-	5.610	5.610
Saldos em 31 de dezembro de 2016	118.242	101.955	107.309	327.506
Depreciação				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(60.861)	(99.884)	(49.985)	(210.730)
Depreciação do exercício	(12.048)	(10.641)	(11.519)	(34.208)
Baixa	26.101	27.156	21.032	74.289
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(46.808)	(83.369)	(40.472)	(170.649)
Depreciação do exercício	(10.587)	(6.326)	(9.919)	(26.832)
Baixa	625	304	2.794	3.723
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(56.770)	(89.391)	(47.597)	(193.758)
Valor residual				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	61.472	12.564	59.712	133.748
Saldos em 31 de dezembro de 2015	70.103	10.053	68.673	148.829
Taxas anuais de depreciação	10%	20%	10%	

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

6. Intangível

	<u>Software</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	84.894
Adições	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>84.894</u>
Adições	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>84.894</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(53.724)
Amortização do exercício	(18.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(72.068)</u>
Amortização do exercício	(10.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(82.976)</u>
Valor residual	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.918</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>12.826</u>
Taxas anuais de amortização	20%

7. Impostos a recolher

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRRF a recolher	32.396	28.704
PIS a recolher	1.997	1.925
ISS retido na fonte a recolher	32	68
Outros	976	1.835
	<u>35.401</u>	<u>32.532</u>

8. Salários e obrigações sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para férias e encargos	70.007	83.296
INSS a pagar	45.257	43.963
FGTS a pagar	15.976	15.403
Outros	4.167	4.083
	<u>135.407</u>	<u>146.745</u>

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

9. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como doação de ativos.

Conforme determinado em seu Estatuto Social, em caso de dissolução, a Assembleia Geral deverá decidir a destinação do patrimônio social, sendo distribuído a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

10. Processo judicial trabalhista

Processo judicial trabalhista movido contra o Instituto Consulado da Mulher por uma das empreendedoras assessoradas. Os assessores legais do Instituto avaliaram a probabilidade de perda no processo, como possível em 31 de dezembro de 2016, e o valor da causa é de R\$ 150.965.

Em fevereiro de 2017, o processo foi julgado em primeira instância e houve decisão favorável para o Instituto Consulado da Mulher.

11. Receitas e despesas

11.1. Doações de pessoas jurídicas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações da Whirlpool S.A.	3.418.482	3.685.069
Doações de outras pessoas jurídicas	10.548	25.439
	<u>3.429.030</u>	<u>3.710.508</u>

A principal fonte de recursos do Instituto Consulado da Mulher são doações da mantenedora Whirlpool S.A.

11.2. Despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administrativo (a)	1.658.594	1.585.932
Programas sociais (b)	1.873.253	2.114.332
	<u>3.531.847</u>	<u>3.700.264</u>

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

11. Receitas e despesas--Continuação

11.3. Despesas com pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administrativo (a)	1.285.213	1.253.753
Programas sociais (b)	1.359.553	1.384.200
	<u>2.644.766</u>	<u>2.637.953</u>

11.4. Despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administrativo (a)	373.381	332.179
Programas sociais (b)	513.700	730.132
	<u>887.081</u>	<u>1.062.311</u>

(a) Incluem as despesas dos centros de custos dos departamentos: administrativo financeiro, recursos humanos, diretoria, captação de recursos e comunicação.

(b) Incluem as despesas dos centros de custos Assessoria Local e Remota das unidades de Rio Claro, Joinville, São Paulo e Manaus, e também Desenvolvimento de Programas e Prêmio Consulado da Mulher.

As despesas de programas sociais são compostas pelas seguintes naturezas:

Assessoria Local e Assessoria Remota

- (i) Despesas com mapeamento, prospecção e abordagem inicial de potenciais grupos, com o objetivo de sensibilizar para a formação de grupos (ex.: palestras, oficinas, seminários). Esses esforços podem ou não ocasionar a formação de tais grupos.
- (ii) Despesas de acompanhamento profissional para desenvolvimento do empreendimento, através de equipes e terceiros. Essa atividade pode acontecer simultaneamente à formação de grupos, em algumas situações;
- (iii) Despesas direcionadas aos voluntários das ações sociais, como as capacitações para voluntários, material de comunicação específica para voluntariado, entre outras.

Prêmio Consulado da Mulher

Despesas relativas às premiações, viagens para pré-seleção, monitoramento e avaliação de desempenho dos empreendimentos e também de todas as despesas para elaboração do evento de premiação.

Desenvolvimento de programas sociais

Despesas relacionadas à elaboração e melhoria da metodologia e ao acompanhamento dos resultados dos programas que o Consulado da Mulher possui.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

11. Receitas e despesas--Continuação

11.5. Despesas por natureza

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos	2.285.023	2.334.059
Assistência médica	249.688	233.695
Benefícios	57.138	61.277
Transporte	54.509	55.566
Eventos e reuniões externas	24.861	178.955
Doações a entidades e cooperativas	149.517	285.111
Material de consumo	6.788	4.619
Material para empreendimentos	23.420	39.825
Prestação de serviços de terceiros	243.667	185.712
Viagens	156.313	132.842
Depreciação e amortização	37.740	52.552
Comunicação	14.888	19.402
Outras despesas com pessoal	52.917	8.922
Outras despesas administrativas	175.378	107.728
	<u>3.531.847</u>	<u>3.700.264</u>

11.6. Despesas financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas bancárias	591	652
IRRF sobre aplicação financeira	18.648	16.071
Juros pagos ou incorridos	-	46
	<u>19.239</u>	<u>16.769</u>

11.7. Receitas financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Descontos obtidos	12	-
Receitas de aplicações financeiras	81.610	78.290
	<u>81.622</u>	<u>78.290</u>

12. Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Instituto Consulado da Mulher

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

12. Cobertura de seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado	630.894

13. Gestão de riscos financeiros

13.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a possibilidade da Entidade apresentar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

13.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Entidade não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos.

A administração acompanha os controles de liquidez e fluxos de caixa, monitorando o recebimento das doações para mitigar o risco de liquidez.

13.3. Risco de câmbio

Todas as operações da Entidade são realizadas no Brasil e, portanto, não são afetadas por eventuais riscos relacionados a oscilações de câmbio.

13.4. Risco de concentração de receita

Atualmente, a maior parte das receitas da Entidade é originada de doações da Whirlpool S.A. Dessa forma, a Entidade apresenta o risco de não recebimento de seus donativos caso a Whirlpool S.A. enfrente dificuldades financeiras ou decida reduzir ou cancelar suas doações por quaisquer motivos.